



Secretaria  
de Estado  
da Saúde



**Superintendência de Vigilância em Saúde  
Gerência de Vigilância Epidemiológica  
Centro de Operações de Emergências - COE**

**ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO – COE – 19/08/2020**

Relatório da 27ª Reunião do COE dia 19/08/2020 realizada por vídeo conferência, início às 14:30h e respectivos encaminhamentos:

**1) Situação Epidemiológica da COVID-19 em Goiás – Erika Dantas/GVE/SUVISA:** Os dados da apresentação, com os gráficos e tabelas, estarão publicados no [www.saude.gov.br/coronavirus](http://www.saude.gov.br/coronavirus) na forma de Boletins Epidemiológicos em 20/08/2020.

**1.1) Comparação dos Resultados dos Inquéritos com os dados do Sistema de Vigilância da COVID-19 no município de Goiânia – Prof. João Bosco/UFG:** Mostra que 50% dos casos estão entre a idade inferior de 40 anos e vem se expandindo, e a faixa etária de 40 – 60 anos, compreende os maiores índices no quesito dos hospitalizados. Por conseguinte, os óbitos e como os mesmos se comportam ao longo do tempo serão apresentados na próxima reunião (26/08/2020).

**1.2) Apresentação dos casos suspeitos e confirmados de profissionais de enfermagem com COVID-19 e as ações de fiscalização- Luciana Moreira/ COREN:** Aumento em 20% dos casos em profissionais da enfermagem de uma semana para outra. No Brasil com 35.183 casos reportados, com 376 óbitos e letalidade de 1,99%. Em Goiás, compreende em 765 casos reportados, com 13 óbitos e letalidade de 2,30%. No quesito faixas etárias e distribuição por sexo não houve alterações. O COREN realizou 350 fiscalizações pautadas na COVID-19 e trabalham nos seguintes itens como afastamentos de profissionais, plano de contingência e foi percebido que devido ao aumento da oferta de empregos em UTI, aumentou o número de profissionais sem qualificação gerando o aumento do número de óbitos desses profissionais.

**2) Retorno às aulas – Flúvia Amorim/ SUVISA:** Lembra que as decisões do COE são deliberativas, que os tomadores de decisão são os Gestores: Secretário de Estado da Saúde, Governador e outros.

➤Adriana Pereira/SUVISA: Relato de duas reuniões com SINTEGO/SINPRO/AIPEG – referente ao retorno das atividades escolares presenciais. A primeira sobre quem será responsabilizado se o profissional se contaminar (custo, quem irá custear as despesas com o tratamento), momento adequado para o retorno, dificuldade dos professores

em serem ouvidos e discussão do protocolo de biossegurança; solicitação de auxílio do MP para manutenção das aulas não - presenciais e um apoio do órgão competente na inclusão dos professores nas discussões sobre a elaboração dos protocolos; apresentou uma pesquisa que 90% dos professores aprovaram o retorno às aulas presenciais desde que haja condições mínimas de saúde pública e os protocolos devidos e amplamente discutidos pela comunidade escolar, e que, 31% dos professores apresentam alguma comorbidade. A segunda reunião se pautou sobre o retorno as aulas e solicitação que sejam incluídos no COE; a dificuldade das instituições particulares de educação infantil e de ensino fundamental I para manutenção financeira, dificuldades e inexistência de auxílio financeiro pelo governo estadual às escolas particulares; o não desejo das instituições de educação infantil particulares em retorno às aulas presenciais sem segurança. A técnica da SUVISA colocará as questões levantadas no Grupo do COE para que todos se manifestem e consigam uma resposta de acordo á todos, visto que os questionamentos foram feitos ao COE via SEI pelo MP.

➤ Flúvia Amorim/SUVISA – para incluir participantes no COE, solicitar a SUVISA (enviar um e-mail fazendo tal solicitação). Sobre o retorno, os estudos e leituras feitas pela SES, SMS Gyn e Núcleo de Evidências/SES, mostram que o retorno às aulas, só ocorreram onde teve redução de óbitos, de casos e de internação. Que pela apresentação da situação epidemiológica do Estado, precisa-se desses parâmetros (redução sustentável de casos por 4 semanas consecutivas, taxa de ocupação de leitos menor ou igual a 75% por 15 dias consecutivos e óbitos em redução de 15% em 4 semanas consecutivas). E que isso aconteça de forma segura para todos em relação as escolas (alunos, profissionais e família), e que devemos trabalhar a epidemiologia junto com as escolas.

➤ Dra. Karina (MP) – sobre taxa de ocupação de leitos, que essa informação está no boletim ao meio dia todos os dias.

➤ Yves Mauro (Vigilância Gyn) – Que os casos em Goiânia irão aumentar, em razão do aumento do número de testes que estão disponibilizando. Como sugestão, utilizar ocupação nas escolas em 30%.

➤ Dr. Marcus (MP) – questiona se temos estudo sobre o aumento por demanda por leitos, e respondido pela SAIS que é pela média.

➤ Magna (GVE/SUVISA) – o retorno é para o Estado todo ou apenas por região, devido às divergências de cada localidade, o que foi respondido pela Superintendente (SUVISA) que o ideal seria essa avaliação mais regionalizada.

➤ Grécia (Vigilância Goiânia) - lembrou a respeito da cultura das crianças brasileiras ficarem com os avós enquanto os pais trabalham, o que ocorreria em quando retornarem das escolas, o que foi complementado pela Superintendente (SUVISA) que em um estudo em São Paulo 32% das crianças moravam com os avós, que são população de risco de agravamento da doença.

- Professor Flávio de Castro (CEE) – Relata sobre a abertura de vários segmentos, respeitando todos, e apenas as escolas ainda estão fechadas, considera incoerente. Que não tem estudo e nem proteção para as crianças de 0 – 6 anos. Os pais estão trabalhando, com quem essas crianças estão? E relata não ver posicionamento do Governo Municipal e Estadual quanto a isso. A Superintendente (SUVISA) reforça que o COE tem caráter consultivo e deliberativo e a decisão partirá de outros órgãos gestores.
- Guilherme (HCAMP) – relata sobre as taxas de ocupação de internação, e que deve estar em torno de 85% para menos a fim de se haver uma gestão dos leitos de forma mais adequada.
- Gustavo Pereira – As escolas só terão segurança em abrir se a população for educada para tal. Que atualmente estão em mais de 5.000 distratos na educação infantil.
- Larissa Lacerda (SEPE – escolas particulares) – Lembra que as escolas são essenciais. Que o aluno precisa, pelo menos, as aulas de reforço, atendendo todos os protocolos de segurança, e que não seria adequado os alunos ficarem um ano que seja longe, sem ter contato com a coordenadora por exemplo, e aborda a questão social.
- Divino Gustavo (UNIFAN) – Que as instituições irão se adequar aos protocolos, porém com demissão em massa. Que pelo cenário mostrado epidemiologicamente, não voltará esse ano. Que estão ocorrendo uma enorme inadimplência e evasão escolar.
- Tiago Bicalho (Defensoria Estadual) –irão ouvir pais e alunos em audiência pública dia 31/08/20, e irá trazer a devolutiva dessa reunião. Relembra que no país existem diversas pessoas que moram muitos em um lar só e muitas vezes nem possuem um cômodo para todos no lar.
- Dr. Ailton Benedito (MPT) – Que a quantidade de informações epidemiológicas torna o assunto e a discussão muito complexo. Relata também sobre a abertura de vários segmentos; que o atendimento dos protocolos de biossegurança dará a sustentabilidade para as escolas e segurança para o retorno das mesmas. Que é necessário se ter uma definição para garantir que haja retorno às aulas, e que estas estejam aptas para atender aos estudantes no ano de 2021 e preza pela sustentabilidade das escolas para esse ano e para o próximo.
- Railton (Sindicato do Professores) – que representa mais ou menos 100.000 profissionais e estão com a ciência e com os dados por ela produzidos, e que a mesma seja respeitada.
- Professor Jorge de Jesus Bernardo – Que as instituições de ensino superior tem trabalhado com os protocolos de segurança nos laboratórios, e que não tiveram casos entre os alunos e os professores.

➤ Sandro (SAIS) – Lembra que o COE é técnico com informações em saúde. E que ainda estamos em pandemia e que no momento não é o adequado para o retorno do ponto de vista epidemiológico e assistencial.

➤ Professora Sônia Sousa (PUC Goiás) – Lembra que o setor de educação é decisivo e que a proteção é vertente, e que os critérios para retorno são claros. Que a PUC também teve aulas práticas para os alunos que estão formando, cumprindo todos os protocolos sugeridos. E reforça que assim que possível o retorno de acordo com os dados epidemiológicos seria primordial, pois as instituições de ensino são socializadoras de entendimentos.

➤ Professora Osvany (SEDUC) – Que a SEDUC está preparada para o retorno de forma escalonada, quando for decidido. E que apoia as decisões do COE.

➤ Luciana Vieira (Subsecretária) – Que o que se avançou nas discussões entre saúde e educação, foi sempre de forma respeitosa e colaborativa de ambos. Que ainda precisamos detalhar melhor a questão da educação infantil (quanto a testagem, isolamento e monitoramento de forma sistemática), que precisamos de um protocolo de fechamento de escolas em caso de contágio, de que forma se dará esse manejo; que o último decreto do governador (escalonamento) surtiu pouco efeito. Nesse momento, pelas informações epidemiológicas, deverá manter o fechamento das escolas. E lembra dos dois parâmetros para a reabertura (taxa de ocupação de leitos menor ou igual a 75% por 15 dias consecutivos e óbitos em redução de 15% em 4 semanas consecutivas). E reforça sobre a essencialidade da educação e sobre a importância de se decidir pelo outro, no caso, os estudantes.

➤ Flúvia (SUVISA)– coloca em votação, para que os integrantes do COE se manifestem via chat, a essa proposta dos dois parâmetros já discorridos, a saber, taxa de ocupação de leitos menor ou igual a 75% por 15 dias consecutivos e óbitos em redução de 15% em 4 semanas consecutivas e concordaram: Luciana Vieira, Professor Jorge, Zilah Neves, Adriana Abe, Tiago Bicalho, Sandro Rodrigues, representante da Abin, Sérgio Nakamura, GVSAT (Edna Covem e Lorena Nunes), Eliane Rodrigues, Viviane Cassimiro, Wanessa (Regulação Estadual), Viviane Troncha, Flávia Marques, Railton Souza, Luciana Moreira, Professor João Bosco, Magna Maria de Carvalho, CEE (Professor Flávio Castro), Wilson (Seduc), Professor Jorge, Sônia Sousa, Fabiano Marques, Miriam Cristina, Cristhiane (CIEVS), Fabíola. Paulo Henrique e AIPEG não concordam com o tempo de análise; Marselha de Oliveira (SEPE) concordam com o critério de tempo, redução de óbitos de 15% e com a taxa de hospitalização em UTI. Essas informações irão subsidiar Nota Técnica a ser publicada.

➤ Luciana Vieira (Subsecretária)- Solicita que seja colocada nas próximas reuniões do COE slides a respeito das taxas de ocupação nas instituições hospitalares.

**3) SITUAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO E PREVENÇÃO DA COVID – Dra. Marlene Bueno (MP):** Traz como reflexão: já existe uma ação do MP específica para o assunto. Mas que existem pontos de preocupação em razão do comportamento da população,

dos segmentos da sociedade e das empresas. Questiona: quais mecanismos podem valer, que a sociedade tem que ter para o cumprimento das normas? Lembra que existe legislação (administrativa e penal). E que para uma conjuntura segura, utilizando os três critérios epidemiológicos discutidos no item anterior, pode-se utilizar a ampliação das sanções administrativas e penais.

➤ Luiz Márcio – Metrobus – que em março/2020 tiveram queda de 78% dos usuários. Hoje a ocupação está entre 48/50% da capacidade. Que a empresa, em relação aos funcionários tomou as medidas de controle para motoristas: aferição de temperatura, álcool gel, máscaras e viseiras. E intensificou a lavagem e limpeza dos ônibus, e também realizou vacinação da H1N1 nos mesmos. Que até o momento tiveram 19 casos, com 3 internação e 1 internado em UTI e nenhum óbito.

➤ Rafael Oliveira – CMTC – que a empresa fez e faz campanha educativa quanto ao cumprimento das normas de higiene sugeridas. Que atualmente a taxa de ocupação dos ônibus da Companhia está em 40% (queda de 60%).

➤ Fátima/VIVA(SUVISA): relata sobre um estudo da USP sobre terminais de ônibus e das preocupações. (Os moradores das regiões mais pobres, que não conseguiram se isolar e continuam precisando usar o transporte público, são as maiores vítimas).

➤ Zilah (Vigilância Municipal): que o que está acontecendo em Goiânia, de pior, são as aglomerações em pontos e ônibus. E que teria que melhorar o quantitativo de ônibus.

**4) SITUAÇÃO DA REDE ASSISTENCIAL (PÚBLICO E PRIVADO) E INFORMES DA ASSISTÊNCIA – Sandro (SAIS) – SES:** Taxa de ocupação de leitos; UTI (81%), Enfermarias (75%). Goiânia: UTI (70%), Enfermarias (66%). Andreia (SMS Gyn), relata da melhora dos leitos em razão da abertura dos leitos do HC. Quanto ao protocolo de retomada das cirurgias eletivas, o documento final para validação, junto com o COSEMS, será na reunião da CIB do dia 20/08/2020, e que após essa validação o mesmo será encaminhado ao MP. Sobre transporte do SAMU, também será feita uma ratificação do MS para pacientes críticos nessa mesma reunião da CIB. Dr. Marcus (MP), questiona o Estado e o município de Goiânia quanto a comunicação aos familiares de internados; respondido pela SES que o protocolo está na página da secretaria e pelo município de Goiânia, que já foram oficiados aos interessados e que trará a resposta na próxima reunião, sem nenhum prejuízo às famílias.

**5) SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO APÓS A ABERTURA DO COMÉRCIO – Dagoberto /Vigilância sanitária Goiânia e Eliane Rodrigues da Cruz / Gerente de Vigilância Sanitária Estadual:** Eliane Cruz, lembra que como a fiscalização sanitária é de baixo risco, todas as vigilâncias municipais são responsáveis pela fiscalização. Que o estado acompanha e repassa aos municípios as denúncias recebidas. Que denúncias de mais alto risco são realizadas pela fiscalização estadual. O município de Goiânia, relatado pela Eliane, devido a impossibilidade da participação do representante do Dagoberto, mobilizou as equipes de fiscalização com suas forças (sanitária, ambiental, edificações, trânsito e econômica), em conjunto com a PM e a Guarda Municipal, e

realizam várias frentes de fiscalização em diversas regiões da cidade. O relatório das fiscalizações já foi encaminhado ao MP. Doutora Marlene (MP), reforça a responsabilização na esfera penal, caso haja descumprimento. Doutora Heliana Godoi (MP), relata sobre a dificuldade de alguns estabelecimentos de alimentação (restaurante) em atender protocolos, e que já agendou uma reunião com a Abrasel para melhorar a divulgação do cumprimento dos protocolos. A Gerente de Vigilância Estadual, lembra que a maioria dos estabelecimentos cumpre a legislação, porém o grande desafio são as aglomerações nas redondezas dos locais, e que isso é complexo, e que precisamos de mais educação e comunicação da sociedade. Foi pontuado também que realizaram 7.744 vistorias, com 373 estabelecimentos fechados por não atenderem aos protocolos dos decretos municipais e estaduais, 94 locais que foram fechados, pois estavam funcionando fora do escalonamento de horário, 1.745 intimações e notificações, 30 autos de infrações e 5.523 locais sem irregularidades no momento da inspeção. Foram fiscalizados Shoppings (8), Operações noturnas (bares), na Avenida Anhanguera (Centro), Região da 44 e Feiras Especiais.

Reunião encerrada as 18:11.